

Brasil não pode esperar novo crédito

O Brasil deve se preparar para passar este ano apenas com os recursos que começam a ser liberados no próximo dia 3 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e os que serão concedidos pelos bancos privados sob a forma do empréstimo-jumbo de US\$ 4,42 bilhões, pois "já não existe mais um mercado financeiro internacional, substituído agora por negociações multilaterais".

A advertência foi feita ontem pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ao garantir que estas operações não resultaram em agravamento do perfil da dívida externa brasileira, pois são créditos com oito anos de prazo e trinta meses de carência. Ele disse que a hipótese de se voltar a recorrer aos bancos ainda este ano vai depender da execução do programa do balanço de pagamentos.

As entradas de recursos externos, programadas daqui por diante, segundo Langoni, são as seguintes: no próximo dia 3, quinta-feira, entrará a segunda

parcela do financiamento compensatório do FMI (a primeira já saiu antecipadamente), no valor de US\$ 508,4 milhões, bem como outros US\$ 271 milhões da primeira tranche de crédito daquele organismo.

Entre quarta e sexta-feira da próxima semana entrará a primeira parte do empréstimo-jumbo de US\$ 4,42 bilhões concedido pelos bancos privados, no valor de US\$ 2,5 bilhões brutos, dos quais serão automaticamente deduzidos US\$ 1,1 bilhão referente ao pagamento de 50% dos empréstimos-pontes adiantados por aqueles estabelecimentos ao Brasil, de acordo com os acertos anunciados por Carlos Langoni.

No próximo dia 15 entrará também a primeira parcela do crédito ampliado concedido pelo FMI, equivalente a US\$ 136 milhões. As outras três parcelas do crédito ampliado, cada uma no valor de US\$ 408 milhões aproximadamente (pois dependerá do valor de cada DES — Direito Especial de Sa-

que — à época), entrarão nos dias 31 de maio, 31 de agosto e 30 de novembro próximos.

Quanto ao restante do empréstimo-jumbo concedido pelos bancos comerciais estrangeiros, Langoni informou que em junho serão liberados US\$ 634 milhões, enquanto os restantes US\$ 1,26 bilhão serão creditados ao País em duas parcelas, uma em agosto e outra em novembro, de forma a se coincidir com as liberações do FMI e as necessidades de pagamentos ao exterior.

A utilização dos recursos do jumbo será decidida pela Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), a quem caberá informar ao Banco Central as necessidades de cada empresa estatal. Langoni disse que houve uma pequena oversubscription por parte dos bancos estrangeiros que participaram no jumbo, pois a quantia solicitada era de US\$ 4,4 bilhões e foram obtidos entre US\$ 15 e US\$ 20 milhões a mais.